

MODALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Elisa Guimarães
Universidade de São Paulo

Já há muito se projetam os fundamentos teóricos da modalização – aspecto vasto e importante para o que diz respeito à formalização da Língua.

Situado na confluência da Lógica e da Lingüística, é no **Organon** – obra que reúne tratados de lógica aristotélica – que o conceito de modalidade se propõe como um dos centros de interesse do autor, bem como de alguns de seus discípulos e comentaristas.

Da tradição aristotélica herdamos a noção do que Aristóteles chama **proposição categórica** – entendida como a afirmação ou a negação de um predicado atribuído a um sujeito, no discurso declarativo.

Assertórica é a denominação emprestada às proposições que, submetidas ao registro da verdade, propõem-se apenas como falsas ou verdadeiras.

Atribui-se a Ammonius, filósofo e escritor grego, comentarista de Platão e Aristóteles (cf. HUISMAN, 1984) o emprego, pela primeira vez, das expressões **modo, modal**.

Lembre-se ainda a obra **De Propositionibus Modalibus**, de autoria de Sto. Tomás de Aquino.

Segundo Meunier, o texto de Sto. Tomás de Aquino marca-se pela ambigüidade em relação à estrutura formal dos modalizadores que modificam uma proposição inteira e aqueles que se referem apenas ao predicado.

Ao primeiro tipo de modalidade dá-se o nome de **modalidades de dicto** (ou **in sensu composito**); ao segundo tipo, chamamos **modalidades de re** (**in sensu diviso**).

Assim, no exemplo “Necessariamente o homem é animal”, temos uma **modalidade de dicto**. Em “o homem é necessariamente animal”, **modalidade de re**.

Empresta-se aqui um estatuto à parte ao advérbio incorporado ao enunciado. Esta distinção entre **modalidade de re** e **modalidade de dicto** foi apresentada pela sabedoria dos medievais por uma proposta que pode parecer sintática e somente sintática.

Modalidades aléticas (ou aristotélicas ou ônticas) dizem respeito à verdade do conteúdo das proposições. Verdade cujo registro se processa em dois principais modos – o necessário e o possível – modos a partir dos quais se definem o **impossível** (contrário do necessário) e o **contingente** (contrário do possível, ou seja, está sendo mas poderia não ser).

No século XVIII, serão chamados **apodíticas** por Kant as proposições que encaram as modalidades do **necessário** e do **impossível**, bem como são chamadas **problemáticas** aquelas que ostentam as modalidades do possível e do contingente (cf. DARRAULT, 1976, p.6).

Foram-se ampliando, ao longo dos tempos, os princípios concernentes ao conceito de modalidade, passando-se, então, a considerar as chamadas **modalidades epistêmicas** e as **modalidades deônticas** (cf. CERVONI, 1987, p.76).

Assim, modalidades epistêmicas: certo / excluído; provável / contestável.

Modalidades deônticas: obrigatório / proibido; permitido / facultativo.

Tenha-se ainda em pauta a presença das modalidades temporais (sempre / nunca / às vezes) e recorde-se aqui a facilidade com a qual esses advérbios e outros, como **ainda**, **já** podem-se carregar de valor modalizador.

Exemplificam as chamadas **modalidades buléticas** as expressões querer fazer / não querer fazer / querer não fazer / não querer não fazer, o termo buléticas – originário do grego bulé – vontade – foi empregado por Greimas no artigo “Pour une théorie des modalités”, publicado no nº 43 de **Langages**.

Acrescentem-se ainda ao quadro até aqui apresentado as **modalidades axiológicas** (bom/ interessante/ útil etc).

O interesse pela análise dos modalizadores vem marcando consideravelmente os estudos lingüísticos modernos e contemporâneos.

Já em 1920, A. Meillet, ainda que não mencionando explicitamente o termo “modalidade”, atribui aos modos verbais a expressão da atitude do sujeito em relação àquilo de que está falando.

Para Ferdinand Brunot, toda frase traz a marca de operações que emanam do locutor, repartidas “grosso modo” em operações de julgamento, de sentimento, de vontade que, segundo realizações muito diversas, modalizam ou modificam a rede das relações gramaticais que constituem de algum modo a infraestrutura da Língua. Realizações diversas, quais sejam o jogo de tempos e modos verbais, os adjuntos adverbiais, os instrumentos lexicais, a ordem das palavras etc.

O conjunto de operações propostas por Brunot, ou seja, julgamento, sentimento e desejo dá a medida da confluência a que pode conduzir o primado psicológico adotado, expresso linguisticamente em exemplos diversificados: eu digo – eu juro – eu posso – eu devo – eu quero – é preciso etc.

Em Charles Bally – e o fato não causa surpresa, uma vez que estamos diante do pai da Estilística moderna, a análise dos modalizadores tende para uma exploração mais estilística do que gramatical, o termo modalidade remetendo, por isso, a realidades heterogêneas.

Peça mestra da frase segundo Bally, a modalidade pode estar na língua estendendo-se do mais explícito ao mais implícito.

Esta questão torna-se mais clara, se trabalharmos com as noções de **dictum** e **modus**, assim compreendidas por Bally: **dictum**: conteúdo representado, ou seja, proposição primitiva expressa pela relação sujeito-predicado.

Modus: operação psíquica, tendo por objeto o **dictum**.

Assim, em “Eu creio que Pedro virá”, temos **modus** em **eu creio** – asserção suavizadora e indicadora de subjetividade; **dictum** em “que Pedro virá” – expressão pela qual podemos entender “Pedro deve” ou “Pedro pode vir”.

É ainda Bally o autor que classifica o adjetivo de julgamento ou apreciação, tal como o que se emprega, por exemplo, na frase “Esta fruta é deliciosa”.

Tem-se, pois, que também para Bally a modalidade corresponde a um juízo do locutor ligado à proposição por ele enunciada.

Exemplifiquemos, a título de melhor esclarecimento, a diversidade de modalização dependente por sua vez da diversidade de pontos de vista do enunciador.

Tomemos para núcleo de exemplificação o binômio Aluno/Estudar, relacionando-o com os seguintes pontos de vista:

1. **ponto de vista alético:** É possível que o aluno estude. Tem-se aqui a expressão da possibilidade da realização do fato;
2. **ponto de vista epistêmico:** O aluno estuda com certeza. Aponta-se como certa a realização do fato;
3. **ponto de vista deontico:** É obrigatório que o aluno estude. Explora-se a obrigatoriedade da concretização da ação;
4. **ponto de vista bulético:** Desejaria que o aluno estudasse. Expressão de uma vontade pessoal de que o desejo resulte na ação;
5. **ponto de vista axiológico:** Seria louvável se o aluno estudasse. Sujeita-se, neste caso, o fato a pressupostos de natureza vária: morais, filosóficos, éticos etc.

Em *Problèmes de Linguistique Générale* (1974) Benveniste apresenta as categorias da asserção, da interrogação e da injunção e as coloca, não mais como tipos de frase, mas como modalidades – modalidade entendida pelo referido autor como sendo “atitudes do enunciador em relação ao que ele enuncia”, ou seja, modalidade considerada in “stricto sensu”.

As teorias da Enunciação têm em Benveniste o autor fundamental. Há nos textos, segundo essas teorias, marcas que atestam a relação do sujeito com seu dizer e, através dele, com o mundo.

Na constituição da subjetividade, que é segundo as Teorias da Enunciação a propriedade principal da linguagem, o sujeito dela se apropria ‘definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como eu e a um parceiro como tu’ (BENVENISTE, 1974).

É de Meunier (1974/ a distinção estabelecida entre o que chama de **modalidade de enunciação** e **modalidade de enunciado**. Distingue-as o autor, definindo-as assim:

Modalidade de enunciação: relativa ao emissor, é obrigatória na enunciação de uma frase, atribuindo a ela seu caráter definitivo: forma declarativa, interrogativa, imperativa. Caracteriza as relações emissor/receptor;

Modalidade de enunciado: relativa ao sujeito do enunciado que pode, eventualmente, ser o mesmo da enunciação. Assume realizações lingüísticas tão diversas quanto os conteúdos semânticos e lógicos que podem veicular.

Explorada a diversidade de caminhos que, ao fim e ao cabo conceituou, tanto em sentido lato quanto em sentido restrito, a questão da modalidade, como ainda estendeu sua conceituação num processo classificatório, resta-nos analisar o papel da modalização nos quadros de construção do texto.

Texto aqui visto como uma espécie de centro atravessado por várias posições do sujeito; essas várias posições, por sua vez, representando diferentes formações discursivas no mesmo texto.

A relação entre as diferentes formações discursivas no texto pode ser de natureza diversificada: de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação etc.

Repousando, como se pretendeu demonstrar ao longo desta reflexão, sobre uma estrutura lógico-semântica, as modalidades reclamam uma interpretação ditada pelas circunstâncias de produção do discurso.

Pode-se considerar que, para compreender um texto, é mais importante captar como o enunciador se situa em relação a seu enunciado, do que selecionar os marcadores que o inscrevem como tal nos mesmos enunciados, tais como **pronomes pessoais, marcas de indeterminação, marcas de passividade, de impessoalidade etc.**

Recobramos a noção de modalizadores como podendo ser identificada com todos os elementos lingüísticos diretamente ligados ao processo de produção do enunciado – elementos estes que funcionam como indicadores das intenções, dos sentimentos e atitudes do locutor em relação a seu discurso.

Daí podermos encarar o processo de construção do texto como submetido ao filtro da subjetividade, cabendo ao gramático a tarefa de inventariar os procedimentos lingüísticos que permitem a expressão das manifestações subjetivas.

Uma ação enunciada, encerrada, seja numa questão, seja numa enunciação positiva ou negativa, apresenta-se ao nosso julgamento, ao nosso sentimento, à nossa vontade, com caracteres extremamente diversos. Pode ser considerada certa ou possível, desejada ou rejeitada, aconselhada ou desaconselhada.

Os elementos lingüísticos comprometidos com a produção do enunciado revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante em relação ao conteúdo transmitido.

E considere-se, a título de conclusão, o peso das expressões modalizadoras vistas, enquanto parte do enunciado, como um espelho da enunciação.

Expressões que indicam o modo como aquilo que se diz é dito, pertencentes, pois, antes ao universo da mostraçãõ, da representação que ao universo da referência.

O sentido do texto se constrói, portanto, também à luz da função específica das expressões modalizadoras.

Referências

- BALLY, Ch. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne, A. Francke, 1944.
- BENVENISTE, E. *Problème de linguistique générale, II*. Paris, Gallimard, 1974.
- BRUNOT, F. *La pensée et la langue*. Paris, Masson Ed., 1936.
- CERVONI, A. *L'énonciation*. Paris, PUF, 1987.
- DARRAULT, J. (org.). "Modalités – logique, linguistique sémantique". In: *Langages*, nº 43, 1976.
- HUISMAN, D. *Dictionnaire des philosophes*. Paris, PUF, 1984.
- MEUNIER, A. "Modalités et communication". In: *Langue Française*, nº 21, 1974, p.8-25.